

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA**  
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO**

**Dóris Waleska Gubert**

**O desenho animado infantil como possibilidade curricular: fronteiras de gênero na escola**

**Santa Maria, RS**

**2023**

**Dóris Gubert**

**O desenho animado infantil como possibilidade curricular: fronteiras de gênero na escola**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Estudos de Gênero.

Orientador: Professor Dr. Gustavo de Oliveira Duarte

Santa Maria, RS

2023

**Dóris Gubert**

**O desenho animado infantil como possibilidade curricular: fronteiras de gênero na escola**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Estudos de Gênero.

Aprovada em 20 de Julho de 2023.

---

**Professor Doutor Gustavo de Oliveira Duarte, UFSM**

---

**Professora Doutora Márcia Eliane Leindcker Paixão, UFSM**

---

**Professora Doutora Ariane Correa Machado, UFSM**

**Resumo:** O presente trabalho tem seus delineamentos traçados a partir do local de fala da autora, pedagoga, mulher, estudante de gênero. Dito isso, os pressupostos que se seguem dizem a respeito às fronteiras de gênero na Educação, e traz o currículo enquanto ferramenta que torna possível trazer esta discussão para dentro dos muros da escola. O desenho animado infantil aparece enquanto uma possibilidade metodológica, de inserir no currículo as discussões daqueles que por muito tempo estiveram ocultos do mesmo, daqueles que fogem à heteronormatividade presente no ambiente escolar. Para falar de Gênero e Educação dialogo com Guacira Lopes Louro (2018), Dagmar Meyer (2003), Fernando Seffner (2016) e Gustavo de Oliveira Duarte (2021), para a discussão de currículo apoio-me em Alfredo Veiga Neto (2017) e Thomaz Thadeu da Silva (1999). Por fim, a concepção do desenho animado infantil, ou do cinema como um todo aparece enquanto uma possibilidade de inserir as discussões de gênero na escola, a partir do currículo.

Palavras-chave: gênero e educação; currículo; desenho animado infantil;

**Abstract:** The present work has its outlines drawn from the place of speech of the author, pedagogue, woman, student of gender. Having said that, the assumptions that follow are about the gender frontiers in Education, and it brings the curriculum as a tool that makes it possible to bring this discussion inside the school walls. The children's cartoon appears as a possibility to insert into the curriculum the discussions of those who for a long time were hidden from it, those who escape from the heteronormativity present in the school environment. To talk about Gender and Education I bring Guacira Lopes Louro (2018), Dagmar Meyer (2003), Fernando Seffner (2016) and Gustavo de Oliveira Duarte (2021), for the discussion of curriculum I bring Alfredo Veiga Neto (2017) and Thomaz Thadeu da Silva (1999). Finally, the conception of children's cartoons, or cinema as a whole, appears as a possibility to insert gender discussions in school, from the curriculum.

Keywords: Gender and education; curriculum; children's cartoon.

# Sumário

1	INTRODUÇÃO .....	6
2	OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS .....	7
	REFERENCIAL TEÓRICO.....	7
3	CURRÍCULO ESCOLAR E PÓS MODERNIDADE.....	7
3.1	GÊNERO E EDUCAÇÃO.....	10
3.2	INFÂNCIAS E DESENHO ANIMADO.....	16
4	Mundo Estranho.....	19
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
6	REFERÊNCIAS .....	24

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi construída a partir de um contexto emergente: Gênero e Educação. É nesse entrecruzamento que surge a necessidade de problematizar questões para discutir, e evidenciar o tema de gênero dentro do contexto escolar, no século XXI. Refletindo sob o aspecto econômico e político, a monografia fora escrita em processo de globalização da sociedade contemporânea, em um mundo majoritariamente capitalista, no qual o acesso a mídia acontecesse em frações de segundos. As pedagogias não estão mais somente em sala de aula, mas também em outros meios e contextos que proporcionam a aprendizagem de modos de ser e estar no mundo, e a estes outros meios, como a mídia televisiva em massa, por exemplo, utilizamos do conceito de pedagogia cultural. Neste sentido, Steinberg (1997) afirma que o termo pedagogia cultural se refere a uma educação que ocorre em diversos lugares, sociais, para além dos muros da escola, incluindo-a, mas não se limitando a ela.

A pesquisa aborda em suas linhas entrelaçamentos entre gênero e educação, discussões sobre um currículo inspirado a partir da perspectiva pós-estruturalista e desenho animado. Os motivos pelos quais me levaram a escolher este tema de pesquisa se entrelaçam com meu ser e estar no mundo como mulher e como professora. Depois do que foi vivido no período do governo brasileiro entre 2018 e 2022, a escolha da minha escrita não poderia deixar de contemplar o tema a respeito de gênero, este que foi negado, esquecido e colocado para escanteio no governo que mais matou pessoas da comunidade LGBTQIA+<sup>1</sup>. A Educação é um ato político, para tanto a escolha do tema desta escrita vai ao encontro do que exerço em sala de aula e de quem sou fora dela, a Educação não pode ser apolítica. O que gostaria de dizer, é:

Me parece fundamental, neste exercício, deixar claro, desde o início, que não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. (FREIRE, 2001, p. 21)

---

<sup>1</sup> Disponível em: <https://spbancarios.com.br/01/2022/jair-bolsonaro-afirma-pautas-lgbt-destroem-familia>; <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/17-de-maio-o-apagamento-da-discussao-sobre-direitos-da-comunidade-lgbtqia-no-governo-bolsonaro>; <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/marcha-em-sao-paulo-denuncia-aumento-da-violencia-contra-populacao-lgbtqia/>. Acesso em: Janeiro, 2023.

Como dito por Freire, não existe uma educação neutra, bem como não existe neutralidade na escolha da pesquisa. O problema de pesquisa surge a partir de inquietações vividas como educadora, e também como pesquisadora, e consiste na seguinte questão norteadora: Como o desenho animado pode contribuir para uma educação que problematize, criticamente, as questões de gênero? A partir disto, apresento os delineamentos sobre currículo escolar, a partir de uma lógica pós-estruturalista, a qual busca evidenciar aquilo que antes fora negligenciado, trazendo alternativas para uma prática pedagógica descolonizada de repressões, violências e desigualdades de gênero. A importância dessa discussão é pautada na subversão das práticas e discursos hetero e cis normativos que encontramos no âmbito da Educação, com o intuito de proporcionar um currículo mais abrangente, contemplando os diferentes modos de ser e estar no mundo.

As linhas que se seguem discursam sobre os objetivos geral e específicos, e irão apresentar o referencial teórico, pautado nas discussões de um currículo pós-estruturalista, gênero e educação, dialogando também sobre os desenhos animados. A partir destas categorias de análise, trago as considerações finais, retomando os objetivos com o achado da pesquisa, e refletindo a respeito dos desafios metodológicos encontrados neste percurso.

## **2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

A partir da valorização das diferenças, e refletindo no currículo que temos hoje na escola, em contrapartida aos corpos que a habitam, o objetivo principal deste trabalho é trazer reflexões para um currículo escolar pós-estruturalista, que inclua a diversidade e as relações de gênero em suas discussões. Como objetivos específicos, este trabalho visa contribuir para compreensão da relevância das discussões de gênero dentro do ambiente escolar, bem como identificar a pedagogia cultural, o desenho animado mais especificamente, como elemento potencializador e mediador para as discussões de Gênero.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

## **3 CURRÍCULO ESCOLAR E PÓS MODERNIDADE**

Ela (teoria crítica<sup>2</sup>) nos ensinou a ver a sala de aula como uma arena em que, acima de tudo, se dá o embate entre dominadores e dominados, entre opressores e oprimidos. Mas será que não é possível ver outros recortes?

---

<sup>2</sup> Inserido pela autora.

Outros recortes que passem pelas questões de gênero - quais são os gêneros, como eles se distribuem, como se constroem, como se modificam nos meus próprios alunos? Não é possível ver os recortes que passam pelas questões étnicas? E pelas questões religiosas? (VEIGA-NETO, 2017, p. 171);

É explícito que o currículo escolar norteia as práticas pedagógicas, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Mas o que significa os discursos e/ou teorias sobre currículo? O que de fato é o currículo? Enfim, não podemos tomar como única apenas a noção que será utilizada neste trabalho, mas aqui iremos nos debruçar sobre discursos pós-estruturalistas de currículo, embasados majoritariamente aqui por Tomaz Thadeu da Silva (1999).

A questão central que leva a criação da teoria do currículo surge a partir do questionamento: o que deve ser ensinado? O que eles (alunos) devem aprender? O que é essencialmente importante para que esteja descrito e situado no currículo? Precedente a essas perguntas, podemos compreender que o currículo busca formar determinados tipos de pessoas. O que é preciso aprender, para se tornar um/a cidadão/ã do mundo? Que valores eu gostaria de ensinar? Dito isso, aos poucos podemos perceber que o currículo é pautado também na visão e compreensão de sociedade no qual ele está inserido. Para chegarmos ao currículo pós-estruturalista que gostaria de discutir aqui, antes se faz necessário um caminho histórico pelas teorias e discussões de currículo, que iniciam sua trajetória na teoria tradicional, passando pela teoria crítica e moderna até chegar nas discussões pós-estruturalistas de currículo e de Educação.

As discussões sobre currículo iniciaram sua trajetória baseadas na literatura americana, e a partir do livro de Bobbit “The curriculum” (1918), o qual este passa a ser um campo específico de saber, atrelado ao desenvolvimento em massa da educação. Os pensadores das teorias tradicionais de currículo, acreditavam que este poderia ser neutro, apenas teórico, e baseados na necessidade do mundo de trabalho, o currículo, a partir desta teoria, no início do século XX, seria resumido “a uma questão de desenvolvimento, a uma questão técnica” (SILVA, 1999, p. 24). Essa noção de currículo permaneceu até o final dos anos 60, quando grandes movimentos sociais começaram a movimentar o mundo, e então as teorias tradicionais de currículo, e de educação, passaram a ser questionadas.

Já, na escola de Frankfurt, surge a teoria crítica de currículo, no Brasil, uma das obras mais conhecidas desta teoria intitula-se Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire (1970). Dentre as teorias críticas, haviam algumas linhas de pensamento, como a teoria Marxista, que tinha por

objetivo compreender a relação entre escola e economia, em como a escola e seu currículo contribuíram para uma sociedade capitalista, a teoria neomarxista, e a discussão que ganhou grande relevância baseada nas críticas de Henry Giroux. Esta vertente, que ocupou lugar de destaque entre as teorias críticas, foi pautada na discussão de “pedagogia da possibilidade”. Giroux teve grande destaque pois argumenta sobre o pessimismo das teorias de reprodução, ditas pelos teóricos tradicionais, e faz uma crítica aos autores do pensamento crítico, e suas teorias duras a respeito de currículo, autores estes que afirmavam que a economia e as relações de poder determinavam as noções de escola e currículo. Para Henry, “a vida social em geral, e a pedagogia e o currículo em particular não são feitos apenas de dominação e controle. Deve haver algum lugar para a oposição e a resistência, para a rebelião e a subversão” (Silva, 1999, p. 53). Para Giroux o campo da cultura não está no lado oposto ao da pedagogia, mas sim o que está em jogo é uma política cultural.

É a partir da obra de Henry Giroux que surgem as discussões pós-estruturalistas de currículo, e é por este caminho que a presente pesquisa segue. O tema da diversidade na Educação não é uma pauta nova, porém é preciso que comecemos a agir a partir dela, neste sentido Sacristán (2002) contribui afirmando que “a diversidade poderá aparecer mais ou menos acentuada, mas é tão normal quanto a própria vida e devemos nos acostumar a trabalhar a partir dela”. É a partir da diversidade, e mais especificamente aqui da diversidade de gênero que iremos trabalhar, refletindo sobre um currículo que torne possíveis as discussões sobre tal, dentro do espaço de sala de aula.

Na perspectiva pós-estruturalista, concebemos o currículo valorizando aquilo antes renegado, possibilitando um espaço de voz e diálogo aos sujeitos marginalizados/as, aos temas excluídos e considerados “inoportunos” para serem discutidos no âmbito escolar. Problematizando as narrativas hegemônicas tidas como únicas e verdadeiras, indo para além daquilo que nos é dado de forma pronta e limitante (BRITO et al, apud SILVA, 2006).

Para pensarmos o pós-estruturalismo, também faço uso das palavras do professor da Universidade Federal de Santa Maria, Alfredo Veiga Neto, que corrobora afirmando que esta vertente problematiza “a noção de uma razão única, de um sujeito único, inscritos numa totalidade única”. (2017, p.171). É neste sentido que a presente pesquisa visa trazer a discussão pós-estruturalista de currículo aliada às discussões de gênero, criando espaços para discussão daqueles que foram ocultados do currículo, a partir da realidade de mundo que visa a equidade de gênero. Os caminhos que me fizeram escolher pela crítica pós-moderna ou pós estruturalista, dizem a respeito da verdade de mundo, não sendo única, mas sim podendo existir inúmeras

verdades, as quais esta teoria chama de realidade de mundo. Não acreditando em uma única verdade, esta teoria se expande para diversos conhecimentos, acolhendo-os, e distante da soberba da certeza de apenas uma realidade e uma verdade única e absoluta.

A crítica pós-estruturalista - sabendo que não há uma base onde se agarrar - é sempre móvel e inquieta. A crítica pós-estruturalista - sabendo que não existe o que é e como deve ser o mundo, mas que existem apenas declarações sobre o que é e sobre como deve ser o mundo - pergunta à crítica tradicional de onde ela tirou tudo aquilo que ela diz sobre como é e como deve ser o mundo. Como sempre a crítica tradicional responde que derivou suas teorias a partir de pressupostos universais, a crítica pós-estruturalista - justamente porque não aceita de graça os pressupostos universais que o Iluminismo inventou - dá as costas à crítica tradicional. Por isso a crítica pós-estruturalista é uma crítica da hiper desconfiança, da hiper-suspeita, é uma crítica da crítica e, assim sendo, ela é tão incômoda ... (VEIGA-NETO, 2017 p.169).

E então, a crítica pós-estruturalista abre caminho para críticas àquilo que a teoria tradicional obtinha como verdadeiro, normal, como regra. Se antes tínhamos uma escola como marginalizadora de corpos que estivessem fora do padrão heteronormativo, se no currículo tínhamos priorizado certos conhecimentos em detrimento de outros, agora me proponho a lançar mão destas verdades para acolher o outro, a alteridade, o diferente, o excluído.

### **3.1 GÊNERO E EDUCAÇÃO**

A escola é um dos primeiros, se não o primeiro, local onde nos institucionalizamos **como** sujeitos, é onde ocorrem as primeiras relações sociais fora do âmbito familiar. Como outros espaços da sociedade, a escola acaba por se tornar mais um local regulador e normatizador de corpos (LOURO, 2019). Neste momento irei contextualizar a surgimento do conceito de gênero, e sua relação com o campo da Educação, posteriormente situar os embates entre gênero e educação na história do Brasil e o surgimento do tema dentro das políticas públicas de governo; por fim relacionar a educação escolar com os Estudos de Gênero e refletir sobre como tornar o espaço escolar um ambiente inclusivo e reflexivo a respeito da temática. Uma das principais autoras que nos auxilia a compreender o Gênero enquanto uma forma primeira de construção de relações sociais, de poder e de dominação é Joan Scott (1995), em sua obra intitulada “Gênero, uma categoria útil para análise histórica”,

O conceito de gênero parte, antes de tudo como fruto da luta dos movimentos feministas da segunda onda, ocorridos entre os anos 60 e 70, que denunciavam as diferenças existentes entre homens e mulheres, buscando compreender a subordinação e dominação masculina, em contrapartida as crenças e teorias biológicas e teológicas existentes, foi a forma primeira de distinguir as relações sociais e de poder entre homens e mulheres. E é no processo de argumentação sobre os modos de representação e valorização do que é ser mulher e o que é ser homem, a maneira com a qual se distingue e se evidencia como mais ou menos valorizado esses modos de ser, se vestir, e de comportamento, que um grupo de mulheres começa a utilizar a palavra *gender*, por volta dos anos 80, traduzido para o Brasil como gênero. O conceito de gênero veio para distinguir o sexo biológico das características sociais atribuídas as pessoas, e como um campo de estudo para comprovar que a discriminação e desigualdade de gênero é um constructo social e cultural, e não parte da biologia, ele surgiu para desnaturalizar as desigualdades. Adotado principalmente pelos estudos feministas pós-estruturalistas, o conceito de gênero tornou-se muito mais do que apenas a diferenciação dos ações de homens e mulheres na sociedade, ele se tornou ferramenta de estudos teóricos e políticos e a partir disso “o gênero aponta para a noção de que, ao longo da vida através das mais diversas instituições e práticas sociais, nos constituímos como homens e mulheres, num processo que não é linear, progressivo ou harmônico, e que também nunca está finalizado ou completo” (Meyer, 2003, p. 16). A educação é compreendida como sendo uma das tantas instituições sociais nas quais aprendemos, reproduzimos e representamos as masculinidades e/ou feminilidades, e é um local onde também podemos compreender e analisar as repercussões das desigualdades de gênero.

É a partir dos Estudos de Gênero que as estratégias, muitas vezes sutis e delicadas, de representação e construção das identidades de gênero passam a ser questionadas. A escola já não é o único veiculador dessas imagens e desigualdades, aos poucos, e debruçando-nos sobre os Estudos Culturais, compreendemos que as pedagogias estão para além dos muros da escola. As denominadas pedagogias culturais envolvem estes outros aparatos educativos, e que hoje, devido ao avanço da globalização, e conseqüentemente da Internet, estão cada vez mais presentes na vida dos educandos.

A educação sexual, e aqui iniciaremos falando a respeito dela, antes de aparecer o conceito de gênero, teve seu início por volta de 1930, nas escolas do Brasil, a partir de uma corrente médica e higienista e nos anos que se seguem fica nítido que este tema era de responsabilidade apenas das disciplinas de Ciências, ou de Programas da Saúde, e a sexualidade aqui considerada como sendo apenas heterossexual e de corrente higienista, tradicional,

conservadora. Os anos da década de 90 foram marcados por uma série de criações de planos e documentos para organizar, regulamentar e nivelar os currículos e práticas educativas nas escolas, como a criação das Leis de diretrizes e bases, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Nesses documentos é possível encontrar os chamados Temas Transversais, temas estes que não deveriam ser uma disciplina em si, mas sim perpassar todas as disciplinas obrigatórias das escolas. Outros temas foram ética, meio ambiente, pluralismo cultural, consumo, saúde e orientação sexual. Ao ser divulgado a caráter de pesquisa para as instituições escolares o tema que mais chamara a atenção foi a orientação sexual, no documento explícito que deveria ser trabalhado a partir do 5º ano, as inúmeras críticas recebidas consistiam principalmente na falta de recursos para trabalhar um tema tão delicado.

Avançando um pouco na história, é no primeiro mandato do atual presidente Luiz Inácio da Silva, que temos o reconhecimento da importância da população LGBT, e a partir da criação de secretarias mais inclusivas, e da estreita união entre a comunidade e o governo, iniciou-se a criação de políticas públicas que tratassem de gênero e sexualidade, que teve seu marco inicial pautado na criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004. Ainda que não fosse uma Secretaria específica para tratar apenas dos temas de gênero e sexualidade, já foi considerado um avanço no que se refere a estas questões, no documento promulgado pela Secad, temos a afirmação de que:

A crescente mobilização de diversos setores sociais em favor do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças tem correspondido a uma percepção cada vez mais aguda do papel estratégico da educação para a diversidade. Ela é vista como um fator essencial para garantir inclusão, promover igualdade de oportunidades e enfrentar toda a sorte de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a questões de gênero e sexualidade. Essas questões envolvem conceitos fortemente relacionados, tais como gênero, identidade de gênero, sexualidade e orientação sexual, que requerem a adoção de políticas públicas educacionais que, a um só tempo, contemplem suas articulações sem negar suas especificidades (BRASIL, 2007, p.9).

É a partir deste documento, e das ações subsequentes que o tema de gênero e sexualidade passou a ser visto, ouvido e discutido mais amplamente na esfera pública e privada, tendo incentivo do Ministério Público e das políticas de governo. Com a agenda nacional e internacional de gênero a todo vapor, os movimentos sociais relacionados a este tema foram sendo cada vez mais impulsionados e tomando mais força, até que, em 2014, o tema tomou tal proporção que algumas bancadas conservadoras, em sua maioria evangélicas, iniciaram debates sobre a criação de uma “ideologia de gênero” nas escolas. De acordo com uma entrevista dada

ao Núcleo Sindical Foz do Iguaçu<sup>3</sup>, Jimena Furlani nos diz que “A ideologia de gênero é um termo que apareceu nas discussões sobre os Planos de Educação, e tem sido apresentado a nós como algo muito ruim, que visa destruir as famílias. Trata-se de uma narrativa criada no interior de uma parte conservadora da Igreja Católica e no movimento pró-vida e pró-família”. Enquanto os Estudos de Gênero na Educação “são propostas teóricas e reflexões que buscam combater a violência contra mulher e crianças, defendem o respeito às diferenças, à diversidade e entendem que a sociedade é plural e a escola deve discutir a exclusão e as formas muitas de preconceito” (FURLANI, Jimena, 2016, p. 2), os promotores dos discursos a respeito da ideologia de gênero acreditam que os Estudos de Gênero na Educação promovem discursos de doutrinação, com o objetivo de destruir a família tradicional brasileira, dentre outras críticas insustentáveis.

Para contribuir, o professor Fernando Seffner (2016, p.8) aponta que:

Grupos conservadores de variados matizes passaram a enxergar em qualquer abordagem de gênero a temível “ideologia de gênero”, como se também não fosse ideologia o discurso que professam na condenação do gênero [...] Em linhas gerais a polêmica em todas as unidades da federação e no nível federal seguiu o mesmo caminho: tentativa de eliminação de expressões que nomeavam de modo claro as desigualdades que deveriam ser combatidas pela ação educacional, dadas em formulações como “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” ou tentativa de sua substituição por formulações genéricas do tipo “promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação.

O que estes movimentos desejavam era a supressão dos marcadores sociais das desigualdades, suprimindo as lutas sociais, alegando, com *fake News*, que a temida “ideologia de gênero” nas escolas estava incentivando crianças a mudarem de sexo, bem como realizando a distribuição do “kit gay” e incentivando a prática sexual nas escolas. Sem embasamento teórico ou conceitual algum, os apoiadores conservadores que lutavam contra a “ideologia de gênero” nas escolas cresceram cada vez mais, até que chegamos no ano de 2018, e agora com maior representatividade sentiram-se cada vez mais empoderados a espalhar estas mentiras.

Aqui acredito ser válido salientar que os laços entre gênero, sexualidade e o campo da educação se relacionam com a democracia e o período político pelo qual passa o país em cada etapa da história. Quanto mais a democracia é ameaçada mais esses temas voltam a ser questionados ou então inibidos e colocados para escanteio. 2018, ano o qual o ex-presidente

---

<sup>3</sup> Agência Pública. Existe “ideologia de gênero”? Entrevista da doutora em Educação, Jimena Furlani. Disponível em: <https://www.appfoz.com.br/existe-ideologia-de-genero-entrevista-da-doutora-em-educacaojimena-furlani/>. Acesso em: Agosto, 2023.

Jair Bolsonaro fora eleito, e com seus princípios de extrema-direita, homofóbicos e preconceituosos acaba por vetar, eliminar e sucatear as políticas, ministérios e secretarias que tratam das temáticas de gênero, sexualidade, diferenças e inclusões. Foram quatro fatídicos anos os quais as pesquisas relacionadas ao tema seguiram, muitas vezes, por conta própria, período no qual foram cortadas e diminuídas as verbas das Universidades públicas e os estudantes não receberam seus auxílios, um período marcado pelo retrocesso, principalmente a partir da criação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, ministrado por Damares Alves, este que não cuidou nem das mulheres, nem da família e nem do povo. Anos que foram demarcados pela exploração do povo e o aumento de crimes relacionados às discriminações de gênero e raça.

Indo ao encontro do tema deste subcapítulo, proponho debruçarmo-nos agora sobre o ambiente escolar e as relações e construções de gênero. Para darmos continuidade a discussão, apresento aqui as considerações de Gustavo de Oliveira Duarte, e Daniela Grieco Nascimento e Silva, que nos contemplam afirmando que

A escola constitui-se como um contexto privilegiado no qual geralmente são iniciadas, ensinadas e aprofundadas as práticas de socialização, compreensão discursiva e definição de maneiras de atuar e relacionar-se. Logo, seria conveniente refletir e problematizar como se constroem culturalmente as noções de identidades de gênero, ou seja, como seu discurso promove as interações, os comportamentos, as atitudes, as falas, as imagens masculinas e femininas que homens e mulheres constroem ao longo de suas vidas (DUARTE e SILVA, 2021, p. 2)

É na cultura escolar que as normas sociais são colocadas em prática, e muitas vezes é neste ambiente educativo que vivenciamos e encontramos a diversidade de gênero, sexual, de raça e classe. É impossível que se pense a escola sem refletir a respeito dos binarismos menino/menina, que são na maioria das vezes duramente impostos no cotidiano escolar. Quando pensamos nos brinquedos e brincadeiras que possibilitamos aos meninos e as meninas, nos diferentes filmes e desenhos escolhidos, nas diferentes vivências pelas quais instigam a curiosidade, cada uma dessas experiências perpassa pelas questões de gênero. É na cultura escolar que evidenciamos as diferentes formas de ser menino e ser menina. É comum encontrar discursos que retratam meninas como alunas e crianças dóceis, meigas, tranquilas, e meninos como inteligentes, corajosos e curiosos, então para além das práticas docentes marcadas pelos binarismos e machismos, também é possível encontrar estes traços no próprio discurso.

Indo ao encontro do que falo, o ambiente escolar é um dos principais produtores de identidades das crianças, local que afirma aquilo que ela é ou não é. Mais precisamente, quando falamos a respeito de identidade, aquilo que sou, também estou falando, dentre tantas outras coisas, aquilo que não sou. A identidade que encontramos na escola parte também do processo de diferenciação, a identidade que assumimos *versus* as diferenças que não estão incluídas nesta identidade, neste sentido:

A afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, as operações de incluir e de excluir. Como vimos, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. "Nós" e "eles" não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes "nós" e "eles" não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder (SILVA, p. 82).

O ambiente escolar não está do lado de fora das discussões políticas e disputas de poder que ocorrem na sociedade na qual está inserida, ainda diria que, é justamente na escola e nas políticas que dizem respeito à ela, que podemos ter uma noção de quem detém o poder. Por tanto, uma escola sexista, homofóbica e racista diz respeito àquelas identidades que são valorizadas e desvalorizadas em seu ambiente, como reflexo do jogo de poder existente naquele período.

Dito isso, é inviável que como educadora em permanente e constante formação não reflita e possibilite espaço para discutir os temas relacionados a Gênero e Educação, no ambiente escolar. É nessa cultura que meninos e meninas aprendem a se comportar conforme a norma social espera deles, e se na escola hoje encontramos binarismos acentuados, acredito que seja o papel dos educadores e educadoras que estão se formando nos últimos anos praticar abordagens menos críticas em relação aos binarismos, criando brechas e rachaduras para que possamos transgredir as fronteiras de gênero, incentivando meninos e meninas criarem uma sociedade acolhedora no que diz respeito às diversidades sexuais e de gênero. Ainda que as discussões sobre Gênero e Educação estejam cada vez mais acentuadas, é preciso que pensemos outras metodologias de ensino, planejamentos, questionamentos. A profissão docente, principalmente no que diz respeito à educação de crianças, sempre teve relações muito fortes com o papel destinado às mulheres, afinal a profissão se aproxima muito do papel social

esperado delas em relação à educação dos seus filhos. Porém, apesar de ocuparmos este lugar, as metodologias e tudo que as envolve foram pensadas por homens, afinal eram eles os pesquisadores, leitores e descobridores de mundo. Como pontuado por Guacira, e citado no artigo dos professores Gustavo e Daniela (2021),

Portanto, é possível argumentar que, ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino, não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação ‘científicos’ e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos (LOURO, 2008, p. 89 apud DUARTE e SILVA, 2021, p. 19).

Como supracitado, é necessário buscar outros conhecimentos, que valorizem o que não é valorizado pela supremacia masculina, branca e hétera, para que assim possamos aos poucos construirmos uma Educação para todes. Enquanto educadora proponho que neste trabalho possamos refletir sobre possibilidades no currículo escolar que vão além dos conhecimentos há muito encontrados na escola, que busquem olhar para o social e suas relações, de modo a possibilitar que as crianças encontrem no ambiente escolar a diversidade de raça, cor e gênero, que esses debates sejam trazidos para o cotidiano escolar, a fim de educar para a diversidade, respeito e inclusão. Joan Scott, no que diz respeito de novos conhecimentos, reflete a respeito de inscrever as mulheres na história, de modo a valorizar aquilo que antes não fora valorizado, como dito anteriormente. e que isso implicaria na redefinição do que é tradicionalmente importante, afirmando até mesmo que isso poderia ressignificar não somente uma nova história das mulheres, mas uma nova história (Scott, 2019).

### **3.2 INFÂNCIAS E DESENHO ANIMADO**

Para que possamos chegar à ideia de desenho animado infantil, acredito que neste momento seja importante refletir, primeiramente, sobre quais noções de infância discutiremos. O conceito de infância, e sua respectiva educação tem passado por constantes mudanças desde a sua criação, de seres humanos incompletos e incapazes de aprender a sujeitos críticos e merecedores de metodologias e abordagens específicas, a noção de infância acompanha a sociedade na qual ela está inserida. A partir do início do século XIX iniciou-se a criação de Instituições responsáveis pelo cuidado e criação de crianças “menos válidas”, como orfanatos e asilos, mas foi a partir da segunda metade do século XX que as infâncias passam a tornar-se

preocupação do Governo Federal, e criam-se políticas públicas e de governo para que essas crianças e suas infâncias sejam cuidadas e preservadas, a exemplo das criações do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). Atualmente nós temos diversos estudos, acadêmicos e de outras áreas, a respeito das crianças e suas infâncias, grupos e linhas de pesquisa que se debruçam a compreender como criar possibilidades, contextos educativos, espaços que possibilitem experiências de mundo a esses seres tão potentes. Este trabalho é pensado como mais uma ferramenta de possibilidade, a partir dos Estudos de Gênero e dos Estudos Culturais, de olhar as infâncias e o que as permeia, de modo a contemplar as relações de Gênero com crianças.

Aqui, trabalharemos com a concepção das infâncias em contexto escolar, infâncias no plural, pois existe uma multiplicidade de sujeitos-criança neste espaço, e pôr em xeque esta diversidade nos permite ampliar nosso caminho. O contexto escolar, e a escola em si se tornam fundamentais para contextualizar a importância de dar visibilidade às infâncias nela presentes, afinal,

Cabe à escola refletir sobre desigualdades e preconceitos, mostrando o quanto em muitas sociedades as diferenças acabam se transformando em desigualdades, excluindo grupos e até mesmo matando pessoas por causa da cor da pele ou pelo fato de serem mulheres, crianças, gays, lésbicas, transexuais, intersex, pobres, ou ainda por pertencerem a determinada religião ou serem oriundos deste ou daquele país ou região. A escola, em todos os níveis, deve ter como princípio básico a ampliação do conhecimento de seus/suas alunos/as, professores/as e demais profissionais que nela atuam. (FELIPE, 2016, p. 239)

Portanto, a escola é um importante espaço para que as questões a respeito de gênero e sexualidade sejam discutidas. A proposta apresentada neste trabalho é trazer o desenho animado infantil como ferramenta para problematizar essas questões, de modo a trazer a diversidade, e aos poucos desconstruir os discursos heteronormativos, binários e machistas que encontramos nesse lugar. As desigualdades existem desde muito cedo, sejam elas de gênero, classe ou etnia, as subjetividades são elencadas em corpos, e o corpo é a forma primeira das crianças interagirem e se relacionarem com o mundo. Para tanto, nos interessa aqui acolher e respeitar a diversidade de corpos e relações, seus atravessamentos histórico-sociais e suas negociações contemporâneas, (im)possíveis.

É fato que as crianças passaram a ganhar visibilidade enquanto consumidoras na mesma medida em que se compreende a existência de uma cultura infantil. Isto é, tudo aquilo que engloba os aspectos do desenvolvimento e também que se insere, ou é inserido, no mundo infantil. Em nossa sociedade capitalista, e com a globalização como facilitadora deste processo, cada vez mais temos uma indústria inteira voltada ao universo infantil, quanto mais reflexões a respeito, me tenciono a questionar sobre quem controla o que chega, ou o que não chega até as crianças.

Ao pensarmos no processo de globalização que temos hoje, e na facilidade do acesso a internet e as mídias, o desenho animado surge aqui como uma alternativa tecnológica e atual para que seja possível incluir as discussões das diferentes percepções sobre as relações de gênero na escola. O desenho animado aparece como um elemento que chama a atenção das crianças, e que está cada vez mais dentro das suas casas, tomando horas e horas dos seus dias. É uma pedagogia cultural, e nesse sentido Dagmar Meyer (2013, p. 24) pode contribuir afirmando que

se tem trabalhado com o conceito de pedagogias culturais, que decorre, exatamente, da ampliação das noções de educação e de educativo, e com ele se pretende englobar forças e processos... entre essas estão os meios de comunicação de massa, os brinquedos e jogos eletrônicos, o cinema, a música, a literatura”. Neste sentido, o desenho animado infantil, no século XXI pode ser considerado uma pedagogia cultural, que está cada vez mais presente na vida das crianças devido a globalização e ao acesso à Internet.

Os desenhos animados, segundo Silva (2017, p. 52), "são capazes de educar as crianças e de compor suas identidades à medida que capturam seus modos de pensar e agir, dando contorno aos seus discursos e até mesmo as suas formas de consumir”. O consumo em massa desses desenhos tem delineado modos de ser, de pensar e de agir dentro dos espaços escolares. O que encontramos nas escolas são mochilas, cadernos, estojos, brincadeiras, diálogos e histórias baseadas nessa cultura televisiva, no que as crianças assistem em casa. A partir disso, o professor não pode ficar inerte ao processo de globalização vivido, é preciso inserir-se também nesta cultura, e trabalhar a partir dela. Valle (2014, p. 141) conta que

a docência examinada/(re)vista/compreendida e articulada a partir da perspectiva educativa da cultura visual oferece pistas e evidências para interrogarmos a sua construção e também os estereótipos que contribuem para definir condutas, delinear posições hierárquicas e legitimar papéis sociais

É preciso educar o olhar para as mídias televisivas, neste sentido, a professora Rosa Mariana Bueno Fischer pode contribuir afirmando que,

Quando articulamos a ideia de uma formação docente que passa pela educação do olhar e pela educação ético-estética, tendo como material principal imagens do cinema e as respectivas práticas com tais narrativas, valemo-nos dos estudiosos anteriormente citados, para defender a proposta de que assistir a um filme e entregar-se a tal experiência significa realizar um trabalho que se esforça por ir além das interpretações fáceis, da exclusiva leitura das entrelinhas, de uma decifração do que não teria sido dito (mas que possivelmente “se queria dizer”). Estamos buscando uma maior generosidade com as imagens, uma disponibilidade e uma entrega a tudo o que aquela peça audiovisual nos está oferecendo, sem buscar nela apenas uma “lição de vida”, ou a suposta descoberta de uma “verdade escondida”, de algo que o diretor “quis” dizer verdadeiramente, e assim por diante (BUENO FISCHER, 2011, p. 4)

As mídias, e mais propriamente dito, o desenho animado, aqui precisa ser examinado e elencado enquanto uma ferramenta útil para incluir as discussões de gênero no currículo. Para que possamos compreender esta ferramenta de experiência ética e estética para além da simples narrativa óbvia do filme.

Como dito anteriormente, o objetivo aqui é trazer um elemento que torne possível a visibilidade das questões de Gênero dentro do contexto escolar, como modo de contribuir para a construção de um sujeito livre dos estereótipos e preconceitos de Gênero, e em prol de uma sociedade que vise essa equidade. Neste sentido, valho-me das palavras de Bueno Fischer (2011), afirmando que o cinema se constitui como um meio fundamental de nos apresentar o outro, nas suas relações com o mundo, “mais do que isso, o cinema seria um modo de amplificar nossas possibilidades de pensar “o outro” (2011, p. 6). Ou seja, quando trago o desenho animado infantil enquanto uma possibilidade curricular, quero que a partir da análise de algumas narrativas do filme possamos ver o outro e suas relações, dando ênfase nas relações de gênero que se estabelecem a partir deste elemento.

#### **4 Mundo Estranho**

O elemento escolhido foi o desenho animado infantil, pois este é configurado enquanto uma pedagogia cultural, capaz de educar, modificar e moldar os corpos na sociedade atual. O desenho escolhido foi “Mundo estranho”, um filme de animação do universo Disney, e disponível na plataforma Disney+<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> <https://www.disneyplus.com/pt-br/movies/mundo-estranho/1OVzv6hnhOFm>. Acesso em: Junho, 2023.

O filme conta a história de uma família de aventureiros, a família Clade. A trama inicia com o avô Jaeger Clade, seu filho e uma grande amiga vivendo grandes aventuras, até que em um acidente Jaeger desaparece e seu filho Searcher é separado do pai. Alguns anos se passaram, Searcher agora tem sua própria família, um filho chamado Ethan, e uma esposa Meridian. Ainda no início do filme, no minuto 10:20, os amigos do adolescente Ethan aparecem em uma caminhonete, com o que parece ser um pacote de figurinhas edição limitada.

Kadez: A gente acabou de voltar de umas comprinhas, edição especial de base primordial, esgotou em 15 minutos!

Ethan: O que? Já ta esgotado? Ah não... deveria ter acampado na porta

Neste momento, Diaze sai da parte de trás da caminhonete e diz:

Diazo: Relaxa, a gente não esqueceu de você!

E mostra dois pacotes que comprou para Ethan. Neste momento, Ethan se mostra tímido e, sem jeito, diz:

Ethan: Oh... Ahn... Oi Diazo, não tinha te visto... Não que você não seja importante, ahn... eu só estava... E aí? Oi...

Diazo desce da caminhonete, e se aproxima de Ethan

Diazo: Sabia que tinha que trabalhar de manhã, então fiz questão de trazer estes dois pra você.

Amiga 1: Ai, tá... a gente perdeu de 3 a 5 minutos de flerte fofo, agora a gente pode abrir os pacotes?

E então, os meninos abrem as figurinhas, Ethan não gosta da sua, e Diazo troca a sua com a do menino.



Fonte: imagem retirada da internet.

Logo após faz uma brincadeira de pegar o gorro de Ethan. Neste momento, o pai de Ethan aparece, e deixa o filho constrangido. Se aproxima de Diazo, e fala

Searcher: E aí galera?! Uh... é ele?! Você deve ser o Diazo, ele fala de você o tempo todo.

Depois deste diálogo, Ethan “empurra” o pai para dentro da fazenda novamente, e Searcher fala para o filho:

Searcher: Aí, o Diazo é da hora, entendi por que você gosta dele, isso me lembra o meu primeiro *crush*.

A partir destas cenas, que acontecem do minuto 10:20 até os 12:16, fica nítido que entre os personagens Ethan e Diazo existe uma afetividade. O que surpreende, de uma maneira positiva, é a naturalidade que o pai de Ethan conversa a respeito do sentimento do menino, dentre outros motivos, este é também o motivo pelo qual escolhi este filme.

O que nos chama a atenção é o modo como a Disney escolheu trazer um relacionamento, compreendido aqui como uma relação entre duas pessoas e não uma união estável, homoafetivo de maneira tão sutil em um filme de classificação indicativa livre. Em nenhum momento isso é colocado na sinopse do filme, e ao longo do filme são três passagens em que essa relação fica evidente, e acredito que seja por esse caminho que devemos percorrer quando falamos sobre Gênero e Infâncias. As relações não precisam ser colocadas em evidência, assim como não o fazemos em um relacionamento heterossexual, mas sim devemos colocar as nuances de Gênero e sexualidade dentro do contexto escolar a partir da inserção destas relações e embates no currículo, para que possamos compreender que a maneira como o outro se vê e se relaciona

merece tanto respeito quanto às relações homem-mulher. Neste sentido, Jane Felipe (2008, p.21) corrobora:

E exatamente porque vivemos, hoje, um tempo de emergência e de visibilização de uma multiplicidade de identidades sociais, definidas e disputadas por diferentes movimentos como os feministas, os movimentos de libertação nacional, os movimentos étnico-raciais, os movimentos gays e lésbicos, os movimentos ecológicos (para ficar nos exemplos mais conhecidos e nomeados), e todos estes grupos se fazem representar, ou desejam se fazer representar no espaço escolar e nos currículos que nele se desenvolvem, é que a escola contemporânea é, também, palco de disputas e de conflitos importantes.

Sendo a escola um lugar que tem a potencialidade de tornar possível as discussões e os diálogos acerca das relações de Gênero, promover dentro de seu currículo espaços para essa visibilidade se torna fundamental. Como dito anteriormente, o desenho animado infantil foi escolhido neste trabalho enquanto uma possibilidade para incluir a diversidade de Gênero no currículo, e o desenho escolhido foi um filme de animação da Disney. Mundialmente conhecida e reconhecida por moldar modos de agir, performar, ser e pensar, os estúdios Disney vem acompanhando as mudanças da sociedade ocidental, gradativamente incluindo super-heroínas, protagonistas negras/os, e personagens gays/lésbicas em seus scripts. O que chama a atenção aqui são as críticas ao referido desenho escolhido, críticas que não eram encontradas quando meninas princesas eram beijadas dormindo e sem consentimento, por exemplo (alusão ao filme *Bela Adormecida*). As críticas ao filme são, majoritariamente, devido a sexualidade do personagem Ethan, como podemos ver abaixo.

Críticas retiradas da internet a respeito do filme “Mundo estranho”, do Google.

“Acho que filmes pra crianças não se deve abordar esse tipo de situação, pois minha filha vai crescer e tenho certeza que ela vai ter a oportunidade de ver qualquer tipo de filme e até mesmo escolher a opção sexual dela, com 8 anos de idade não decidimos nada, somos seres humanos que facilmente somos influenciados. Pra ensinar respeito ao gênero da pessoa, não preciso que a Disney fale pra mim qual mundo ela pertence, eu como pai responsável quero mostrar o melhor caminho que ela tem que seguir. Existem filmes de adultos e filmes de crianças, a Disney errou feio como outras empresas vem fazendo pra conseguir mídias, lamentável isso.”

“Com todo respeito às opiniões diferentes da minha, mais eu fui totalmente enganado pela sinopse. Onde o ator principal do filme é homossexual, nada contra isso mais não vou permitir

que meus filhos com menos de 7 anos assistir isso e achar que é normal. E ainda por cima ter um protagonista abertamente Gay em um filme da Disney, e pior com classificação Livre”

“Nada haver como animação infantil, deixa pra falar de homossexualismo em filme adulto, 😡 não queiram acabar com a inocência de uma criança antes da hora, e por isso que muitos nem sequer entendem sua própria identidade ou opção sexual querem forçar de todas as maneiras uma situação que pra muitas famílias não é tão normal assim, deixem que tudo aconteça no momento certo sem impor suas decisões e opiniões”

“Péssima tentativa de inculcar a ideologia de gênero nas crianças. Lamentável. Quero o meu \$\$ - meu, de meu marido e de meu menino de 8 anos - de volta. Resenha sem qualquer informação acerca de linguagem ideológica (capitanE), e de relacionamento homoafetivo entre os meninos adolescentes (+ ou - 15 anos) que decidem ficar juntos ao final do filme”

Nitidamente, ao ler os comentários foi possível compreender ainda mais a urgência da necessidade de abordarmos as relações de Gênero nas escolas. Para que assim, toda a forma de afeto, de sexualidade, de identidade seja respeitada. Para que não tenhamos mais vítimas de LGBTfobia, para que não tenhamos que ler que as relações que fujam da norma heterossexual padrão da sociedade são anormais, como em um dos comentários “nada contra isso mais não vou permitir que meus filhos com menos de 7 anos assistir isso e achar que é normal. E ainda por cima ter um protagonista abertamente Gay em um filme da Disney, e pior com classificação Livre”. As críticas trazidas do filme são apenas alguns dos motivos pelos quais devemos trazer este tipo de discussão para debate, dentro do contexto escolar.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É neste capítulo que teço algumas das considerações finais desta pesquisa, mas não de modo a concluí-la pois espero que a partir desta surjam outros tensionamentos, outras problemáticas, e que a presente escrita incentive professoras e professores a abordar as temáticas de gênero em suas salas de aula. Para tanto, as linhas escritas até aqui trazem as intersecções entre ser mulher, professora e estudante de gênero, e visam trazer essas discussões para dentro dos muros da escola, tendo em vista a necessidade de debater e dialogar sobre as relações de gênero, e que é reforçada pelas políticas públicas em Educação, tal como os PCN's.

Para muito além da natureza, as questões levantadas são de origem social, e que tem sido cada vez mais frequentes para aqueles/as que visam uma sociedade livre de estereótipos e

com equidade de gênero, a questão central aqui é como criar estratégias para se discutir gênero na escola, e ao longo da escrita trago o desenho animado infantil enquanto uma possibilidade. Enquanto mulher, e professora acredito que seja meu dever social fundamental proporcionar este tipo de debate, e pelo menos idealizar a utopia de conseguir atingir outros/as professores/as por meio desta escrita, para que nas salas de aula do nosso país possamos encontrar cada vez mais docentes colocando em práticas discursos que acolham, e que não discriminem, e que num futuro aqueles alunos e alunas que passaram por nós, criem uma sociedade com equidade de gênero e livre das violências que assolam hoje todos aqueles que são marginalizados.

As pensadoras feministas há muito têm contribuído para os/as estudiosos/as do campo da Educação, no que diz respeito a práticas livres de preconceitos e não homofóbicas, porém os desafios que encontramos ao nos depararmos com a prática pedagógica em si são ainda maiores. Estas contribuições chegam até um número ínfimo de professoras pesquisadoras, que quando emponderam-se destes discursos são barradas por colegas, coordenações e direções. O desenho animado infantil surge como uma possibilidade de, aos poucos, falarmos sobre gênero e sexualidade dentro das escolas. A valorização das diferenças aparece na medida em que abraçamos aquilo que não somos também, em prol da valorização e da equidade de gênero, para uma escola livre de estereótipos e homofobia.

A partir dos diálogos entre Gênero e Educação foi possível compreender a relevância de trazermos as discussões de Gênero e sexualidade para o ambiente escolar, de modo superar as desigualdades vividas por aqueles marginalizados pela sociedade. É na escola onde, por muitas vezes, compomos os modos de viver e representar, e acredito ser a partir dela a mudança possível para a sociedade que almejo, livre de violências e com equidade. Ciente de que esta pesquisa não se conclui aqui, espero incentivar colegas a levarem estas discussões para o ambiente escolar. Este trabalho é realizado por muitas pessoas, ainda que indiretamente, sem elas não seria possível escrever sobre Gênero em uma Universidade Federal, então que a partir destas singelas contribuições, seja possível alcançar cada vez mais professores e professoras.

## **6 REFERÊNCIAS**

BRITO, John J. S., et al. Currículo pós-estruturalista e possíveis (Des)construções Queer: reflexões teóricas sobre gêneros e sexualidades. Disponível em: <http://downloads.editoracientifica.org/articles/210504657.pdf>.

BUENO FISCHER, R. M. **CINEMA E PEDAGOGIA: uma experiência de formação ético-estética**. In: PerCursos, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 139 - 152, 2011. Disponível em: <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2290>. Acesso em: Junho, 2023.

FELIPE, Jane. Estudos Culturais, Gênero e Infância: Limites e Possibilidades de uma Metodologia em Construção. Textura, Ulbra, v. 11, n 19 - 20, p. 4 – 13, 2009. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/998/774>. Acesso em: Junho, 2023.

FELIPE, Jane. Scripts de gênero, sexualidade e infâncias: temas para a formação docente. In: Para Pensar a Docência na Educação Infantil. Porto Alegre: Evangraf, 2019.

FREIRE, Paulo. Política e Educação: Ensaio. 5ª Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época. v.23).

MEYER, Dagmar. Gênero e Educação. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J.; GOELLNER. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, p. 11 - 29.

NASCIMENTO E SILVA, D. G.; DUARTE, G. de **O. Gênero e educação: dissidências, resistências e transgressões**. Horizontes, v. 39, n. 1. Acesso em: Julho, 2023.

SCOTT, Joan. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 5-19, jul./dez. 1995.

SEFFNER, Fernando. **Atravessamentos de gênero, sexualidade e educação: tempos difíceis e novas arenas políticas**. In: Reunião Científica Regional da Anped. 2016. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-18-G%C3%AAnero-Sexualidade-e-Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: Janeiro, 2023.

SILVA, Maria José Campos Faustino da. Desenhos animados em ação: personagens compondo identidades infantis de gênero. Natal, 2017.

SILVA, Thomaz Thadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

STEIMBERG, Shirley R. Kindercultura, a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Maria José Campos Faustino da. Desenhos animados em ação: personagens compondo identidades infantis de gênero. Natal, 2017.

VALLE, Lutiere Dalla. **Aprendendo a ser docente através de filmes: possíveis trânsitos entre cinema e educação** (141-164). In: Pedagogias Culturais. 6º ed. Santa Maria: UFSM, 2014.

VEIGA NETO, Alfredo. **Didática e as experiências de sala de aula: uma visão pós-estruturalista**. Educação & Realidade, [S. l.], v. 21, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71622>. Acesso em: Junho, 2023.